

**FELIPE
MACHADO
PRATES**

**CONCURSO
FORMAL
DE CRIMES**

PANORAMA
DOGMÁTICO
E REVISÃO
CRÍTICA



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Felipe Machado Prates.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini

Diagramação
Enzo Zaqueu

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

PRATES, Felipe Machado.

Concurso formal de crimes: Panorama dogmático e revisão crítica -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

164 p.

ISBN: 978-85-60519-68-2

1. Direito. 2. Direito Penal. I. Título.

CDD341.5

CDU343

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário¹

Prefácio	15
1. Introdução	19
2. Concurso formal de crimes	23
2.1. Breve noção.....	23
2.2. Evolução histórica.....	24
2.3. Fundamento.....	28
2.4. Unidade de conduta.....	30
2.4.1. Os conceitos de ato, ação e fato.....	30
2.4.2. O ato como unidade de ação.....	34
2.4.3. Principais teorias sobre a unidade de conduta.....	36
2.4.3.1. Teorias de unidade de fim ou de meio-fim.....	36
2.4.3.2. Teoria da unidade de reprovação interna.....	38
2.4.3.3. Teorias da unidade de resultado, unidade de efeito real e inseparabilidade das lesões jurídicas.....	39
2.4.3.4. Teoria da concepção natural de vida.....	47
2.4.3.5. Teoria da unidade típica de ação.....	48

¹ Este trabalho foi revisado de acordo com as novas regras ortográficas aprovadas pelo Acordo Ortográfico assinado entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em vigor no Brasil desde 2009. E foi formatado de acordo com a ABNT NBR 14724 de 17.04.2016.

2.4.3.6. Identidade parcial dos atos típicos executórios.....	50
2.4.3.7. Teoria do parentesco de injustos.....	54
2.4.4. Unidade de omissão.....	56
2.4.5. Unidade de conduta nos crimes imprudentes.....	58
2.4.6. A definição da unidade de conduta na doutrina e jurisprudência brasileiras.....	60
2.5. Desígnios autônomos.....	63
2.5.1. Origem do conceito.....	64
2.5.2. Interpretação no Brasil.....	66
2.5.3. Interpretação do art. 70 do Código Penal a partir de Francesco Carrara.....	69
2.6. Pluralidade de crimes.....	75
2.7. Determinação da pena.....	84
2.7.1. Sistemas existentes.....	84
2.7.1.1. Acumulação material.....	84
2.7.1.2. Acumulação jurídica.....	86
2.7.1.3. Exasperação.....	86
2.7.1.4. Combinação.....	87
2.7.1.5. Absorção.....	90
2.7.1.6. Absorção com agravação.....	91
2.7.1.7. Pena unitária.....	92
2.7.2. Sistema brasileiro e critérios de dosimetria.....	93
2.8. Tratamento diferenciador do concurso de crimes.....	94
2.8.1. Críticas doutrinárias.....	94
2.8.2. Panorama no direito comparado.....	97

3. Análise crítica do concurso formal de crimes sob o marco de uma teoria

geral do concurso de normas.....	101
3.1. Etiologia e abrangência dos problemas concursais.....	101
3.2. Pressupostos do concurso de normas.....	103
3.3. Princípio da valoração global do fato.....	108

3.4. Princípio <i>non bis in idem</i> material.....	109
3.4.1. Evolução histórica e panorama atual.....	109
3.4.2. O concurso formal de crimes como resultado de <i>bis in idem</i> material parcial.....	117
3.4.3. Estrutura lógica do <i>non bis in idem</i> material.....	123
3.4.4. O <i>bis in idem</i> material no centro do embate entre as teorias monista e pluralista do concurso formal.....	124
3.4.5. Pressupostos para atribuição de significado ao <i>non bis in idem</i> material.....	127
3.4.6. Considerações sobre a teoria do parentesco de injustos e a teoria significativa da ação.....	131
3.4.7. Significado do <i>non bis in idem</i> material.....	133
3.5. O tratamento unitário da proposta alternativa ao PLS nº 236/2012 (nova Parte Geral do Código Penal).....	137
Conclusão	141
Referências	143